



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

V REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENO EXECUTIVO DA CAISAN

DATA: 03 de outubro de 2012

HORÁRIO: 09h30 às 12h00

LOCAL: Sala de reuniões da Secretaria Executiva do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

PAUTA

- 1) Abertura e aprovação da ATA da IV Reunião;
- 2) Proposta de Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Apresentação dos resultados do Grupo de Trabalho sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, da Secretaria-Geral da Presidência da República;
- 3) Reunião Plenária do CONSEA, dias 09 e 10 de outubro de 2012: Plano Intersetorial de Controle e Prevenção da Obesidade;
- 4) Apresentação do Relatório da Comissão de Monitoramento de Violações ao DHAA – SDH;
- 5) Proposta de reunião do Pleno Ministerial em novembro de 2012;
- 6) Informes sobre o CT PCT e
- 7) Encerramento

PARTICIPANTES

ÓRGÃOS	PARTICIPANTES
CONAB/MAPA	Rogério Neuwald
FNDE/MEC	Albaneide Peixinho
FUNAI/MJ	
MCID	
MCTI	
MI	Elaine Pasquim
MDA	Pedro Bavaresco
MDS	Maya Takagi, Valéria Burity
MF	Denise Velasco
MTE	
MMA	Claudia Sousa
MPA	

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN
Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN
Esplanada dos Ministérios Bloco "A", Sala 425
Brasília/DF 70054-906 –

Tel: (61) 2030-1649 / Fax: (61) 2030-1660 / e-mail: caisan@mds.gov.br



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

MPOG	Danielle Cronemberger
MRE	Israel Klug
SAÚDE	Patrícia Jaime
SEPPIR	Silvany Euclênio da Silva
SPM	Maria do Carmo Godinho
SDH	Antônio Carlos Soares Lima
CONSEA	
CASA CIVIL	Darci Bertholdo
PRESIDENCIA	

RELATO

A Secretária da SESAN, Maya Takagi, iniciou a reunião dando boas vindas para todos, passou os pontos de pauta para os participantes da reunião e solicitou a aprovação da Ata da IV Reunião do Pleno Executivo, realizada em agosto de 2012. Os membros aprovaram o documento, sem ressalvas. Em seguida, a Secretária falou sobre a VI Plenária do CONSEA e a necessidade de preparação para dois dos pontos de pauta da Reunião, quais sejam, a Proposta de Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e o Plano Intersectorial de Controle e Prevenção da Obesidade. Segundo a Secretária, o que se espera é que os membros se apropriem dos temas que serão debatidos na Reunião Plenária do CONSEA e nas Comissões Permanentes. Em seguida, passou a palavra para os representantes do Grupo de Trabalho sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, da Secretaria-Geral da Presidência da República, que apresentaram os resultados do trabalho desenvolvidos pelo Grupo. Ao final da apresentação, explicaram brevemente a metodologia que será utilizada quando da apresentação à Plenária do CONSEA. A Secretária Maya sugeriu que o grupo se aproprie do conteúdo da minuta de Projeto de Lei para depois esclarecer dúvidas, tecer comentários e encaminhar sugestões para aprimoramento do documento. Informou que o Grupo de Trabalho concluiu apenas uma primeira etapa no processo e que o Governo Federal ainda vai dar encaminhamento aos produtos desenvolvidos até o momento. Darci Bertholdo, da Casa Civil, acrescentou que a minuta e PL ainda será discutida no âmbito do governo Federal, que ainda não se posicionou a este respeito. Quanto ao item "Ficha Limpa para as Organizações da Sociedade Civil e seus dirigentes" (Art. 25, II e III da Minuta de PL), Tatau Godinho, da SPM/PR, sugeriu aos membros do Grupo de Trabalho que observassem a composição das diretorias das instituições da sociedade civil. Segundo ela, algumas diretorias são compostas por apenas cinco pessoas e outras por um Conselho Consultivo com cinquenta. Deve-se, também, levar em consideração o peso político da instituição. Albaneide Peixinho, do FNDE/MEC, solicitou informações a respeito do



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

envio de contribuições e se ainda é possível alterar o conteúdo do PL após avaliação do documento. Silas Cardoso explicou que a Secretaria-Geral ainda está dialogando com os Ministérios. Marcelo Silva, do CONSEA, perguntou quando os Conselheiros poderão ter acesso ao documento e como a Secretaria-Geral irá lidar com essa questão já que se trata ainda de uma minuta que não pode ser publicizada. Albaneide Peixinho, do FNDE, colocou que as Organizações da Sociedade Civil vão questionar muito o teor do documento e sugeriu que os ministérios encaminhem à Secretaria-Geral suas propostas antes da realização da Plenária do CONSEA já que durante o evento, não será o momento de fazer colocações. Danielle Cronemberger, do MPOG, expôs que neste momento é muito difícil interferir no processo e entrar nesse detalhamento, uma vez que a minuta está pronta e é confidencial. Para Darci Bertholdo, a Plenária do CONSEA não é o fórum adequado para o Governo Federal colocar a sua posição já que esta minuta se trata de uma proposta do Governo e que este ainda não se posicionou ainda sobre o PL. Ou seja, a discussão sobre o tema cabe às Organizações da Sociedade Civil. O representante da CONAB, Rogério Neuwald, colocou que não há necessidade de haver uma fala do Governo apesar do CONSEA ser um fórum democrático e permitir manifestações do Governo Federal. Silas Cardoso, da Secretaria-Geral explicou sobre a metodologia que será utilizada na apresentação à Plenária, que permitirá a apresentação do documento sem a necessidade de torná-lo público. A ideia é que os gestores debatam o tema e não que apresentem uma posição de governo. Para o representante do MRE, o tom do debate depende da abordagem que será adotada na apresentação. A Sociedade Civil vai demandar um posicionamento do governo sobre o PL e que a CAISAN será a mais apropriada para fazer essa apresentação sobre a relação Governo-Sociedade Civil. A Secretária Maya Takagi sugeriu diminuir o detalhamento da apresentação, deixando-a mais genérica. Segundo ela, se for apresentada assim, dará margem a muitos questionamentos e solicitações de contribuições ao documento. Para ela, o governo não pode se posicionar antes de se apropriar do tema. Os gestores podem apenas tecer comentários sobre o trabalho que o GT está desenvolvendo e não sobre o conteúdo do documento. Portanto, é importante que os gestores se preparem. Valéria Burity se comprometeu a encaminhar a apresentação da Secretaria-Geral aos membros do Pleno Executivo. Como encaminhamento, Maya Takagi sugeriu que os ministérios elejam gestores para tecer comentários sobre o PL e solicitou aos membros do Pleno façam essa avaliação nos seus ministérios. Fala de dez minutos da CAISAN no CONSEA. Após debate do grupo, a ideia de preparar uma fala da CAISAN foi abortada. Silas Cardoso, da SDH, se comprometeu a conversar com seus supervisores para decidir como será feita a apresentação ao CONSEA. Se colocou à disposição para dirimir dúvidas e marcar reuniões com os ministérios, caso necessário. Passou-se ao ponto seguinte da pauta, a apresentação do Plano Intersetorial de Controle e Prevenção da Obesidade à Plenária do CONSEA. Maya Takagi fez um breve histórico sobre a elaboração do Plano e explicou como será realizada a apresentação. Falou sobre os três ministérios mais envolvidos com o assunto, o MDS, Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Colocou a necessidade da convocação de uma



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

reunião do Pleno Ministerial em novembro visto que é necessário garantir a pactuação e o comprometimento dos dirigentes dos ministérios com relação ao tema. Para Patrícia Jaime, do Ministério da Saúde, a expectativa é finalizar o trabalho da CT 06 e garantir a publicação do Plano antes do final deste ano. Além disso, trata-se de uma oportunidade de debater o Plano nas Comissões Permanentes do CONSEA e ouvir as prioridades da sociedade civil com relação às ações propostas. Enquanto o Governo Federal prioriza o PL das Cantinas, a sociedade civil pode apresentar outras prioridades. Outro ponto a ser tratado é a gestão do Plano nos ministérios e a formação de um Comitê gestor no âmbito da CAISAN. A representante chamou atenção para os estudos conduzidos pelo Ministério da Saúde que apontam que a prevalência de obesidade, entre adultos brasileiros, cresce 1% ao ano. Portanto, a temática não envolve apenas o ministério da saúde, mas todas as pastas. Albaneide Peixinho solicitou que a redação do Plano fosse alterada por não ser possível discutir por hora o PL Cantinas. Segundo ela, o MEC ainda está avançando nas discussões sobre a regulação das cantinas. Deve-se, portanto, retirar o trecho que dispõe sobre a aprovação da legislação e manter a redação da versão anterior do Plano. Para ela, muitos temas devem ser discutidos antes desse passo. Sugeriu que não seja colocado na Plenária do CONSEA a proposta de PL por hora. Patrícia Gentil, da SESAN, colocou que a minuta do Plano foi aprovada por todos os ministérios e a representante do MEC reforçou que a atual redação não contempla a posição da sua pasta. Patrícia Jaime sugeriu que a discussão nas CPs seja mais ampla, não sendo necessário entrar nesse debate sobre o PL. Como encaminhamento, a Secretária Maya sugeriu apresentar o Plano sem alterações e comunicar que o marco regulatório está sendo elaborado. Essa poderá ser a resposta se houver questionamentos a esse respeito. A seu ver, apesar de não haver ainda um posicionamento do Governo Federal em relação ao tema, a discussão deve ser iniciada. Quanto à redação, o grupo deve avaliar a proposta do MEC. Patrícia Jaime colocou que os gestores devem se preparar para as discussões nas CPs e, além disso, se organizarem para a reunião do Pleno Ministerial em novembro. A respeito do Pleno Ministerial, Valéria Burity informou que o indicativo de data é a segunda quinzena de novembro. Com relação às Comissões do CONSEA, se comprometeu a enviar o Plano de Obesidade e um quadro listando as CP's, com datas e horários. Solicitou ao grupo a indicação de uma pessoa de cada ministério para apoiar os debates. Marcelo Silva informou que a Plenária será no auditório da INTERLEGIS, no Senado. Passou-se, então, ao próximo ponto de pauta, a apresentação do Relatório Anual da Comissão Especial de Monitoramento de Violação do Direito Humano à Alimentação Adequada. A apresentação foi feita pela consultora da SDH, Júnia Rodrigues. Valéria Burity reforçou que a ideia é fortalecer a relação da Comissão com a CAISAN e o CONSEA. A Secretaria Executiva da CAISAN enviará aos participantes, por e-mail, a apresentação e o Relatório completo. Albaneide Peixinho solicitou informações a respeito dos casos de violação de direito do PNAE, pois o MEC gostaria de se posicionar a esse respeito, além de verificar como colocar esse tema no relatório da Comissão. Ainda sobre este tema, Valéria Burity informou que houve uma reunião da Presidente do CONSEA, Maria Emília Pacheco Lisboa e a Ministra Tereza



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

Campello e que provavelmente haverá desdobramentos e demandas do CONSEA após esse encontro. Falou sobre o Relatório do Relator Especial da ONU para o direito à alimentação, Olivier de Schutter que faz referência à Comissão e à CAISAN. A Secretaria-Executiva da Câmara enviará o Relatório aos membros do Pleno por e-mail. Solicitou à representante da SDH que a Comissão envie subsídios para a revisão do PLANSAN. Valéria Burity também informou sobre a criação do CT PCT, que trata de um dos públicos alvo da Comissão, os Povos e Comunidades Tradicionais. A CAISAN poderia fortalecer esse trabalho. Silvano Euclênio da Silva, da SEPIR, falou sobre a questão de territórios e quilombos e que a Secretaria formou um grupo que trabalha a questão da regularização de áreas que não tenham sobreposição. Estão também coordenando um plano de desenvolvimento em SAN para as comunidades de terreiros que atuam nas periferias das grandes cidades. O representante do MRE propôs que a Comissão trate também de temas macro como acesso a terra e distribuição de renda e não somente de casos específicos. A representante da SDH, agradeceu pelo espaço para a apresentação e falou sobre a intenção da Secretaria em tornar a comissão permanente. Estão estudando ainda o Regimento Interno do Conselho para que isso seja efetuado. Por fim, Valéria Burity fez um informe sobre as EMs não respondidas pelos ministérios e a contratação de uma consultora pela Secretaria-Executiva da CAISAN que vai apoiar os Ministérios na formulação das respostas. A reunião foi encerrada às 11:30 e eu, Roziney Alencar Melo Weber lavrei a presente ata que vai assinada por mim.